

Impacto dos precedentes do STJ sobre direitos das pessoas transgênero

Da vida real para o processo, e daí para as leis e normas: muitas vezes, a evolução do ordenamento jurídico tem o primeiro momento no Poder Judiciário. No caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a atribuição de dar a palavra final em controvérsias ganha especial relevância em situações não previstas pelo legislador — as quais, frequentemente, refletem mudanças no comportamento social e reclamam inovação normativa que só virá com o tempo. É assim que o STJ, ao exercer suas competências constitucionais, contribui para transformar o futuro.

Sebastião Reis Júnior



Série de fotos do ministro Sebastião Reis Jr (STJ) sobre encarceramento de pessoas trans
Sebastião Reis Júnior

O impacto dos precedentes do Tribunal da Cidadania está presente em muitos aspectos da vida em sociedade. Muitos dos direitos reconhecidos atualmente às pessoas LGBT+, por exemplo, foram declarados nas cortes brasileiras com base nos princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana, sem que houvesse previsão expressa nas normas legais e administrativas.

Em um dos casos, em 2011, a corte entendeu não haver impedimento legal para que pessoas do mesmo sexo se casassem; dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), citando a decisão do tribunal, editou a **Resolução 175/2013** para proibir que autoridades recusassem pedidos de casamento homoafetivo. Ou quando, em 2019, o **Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrava a homofobia e a transfobia como crimes de racismo**.

Observando o passado da jurisprudência, é possível identificar como evoluiu o tratamento desses temas até o presente e, quem sabe, o que se pode esperar do futuro. *Com informações da assessoria do STJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jan-29/impacto-precedentes-stj-direitos-people-transgênero/>